

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.164 - SP (2019/0007232-1)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
ADVOGADOS : NELSON TAKEO YAMAZAKI - SP065623
LUCIANA PINHEIRO GONÇALVES - SP134498
IVO MUSETTI RAMOS DE SOUZA - SP247451
AGRAVADO : SULTEPA CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
AGRAVADO : ESTACON ENGENHARIA SA
AGRAVADO : HERSA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO PORTO LAUAND - SP126258
MAURÍCIO BARBOSA TAVARES ELIAS FILHO - SP246771
GUSTAVO DO ABIAHY CARNEIRO DA CUNHA GUERRA - SP306803

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EQUILÍBRIO FINANCEIRO. MATÉRIA DE DIREITO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. FUNDAMENTO SUFICIENTE INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. VIOLAÇÃO À SÚMULA DO STJ. INVIABILIDADE DE EXAME EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão cuja ementa assim se resume (e-STJ fl. 146):

AGRAVO INTERNO - Decisão Monocrática - Não cabimento de embargos declaratórios — Art. 557, § 1.º, do Cód. Proc. Civil — O recurso adequado contra decisão monocrática é o agravo interno, na forma do art. 557 § 1.º, do Cód. Proc. Civil, incabíveis os embargos declaratórios.

AGRAVO INTERNO — Decisão monocrática — Entendimento do art. 557, caput, segunda parte e § 1.º-A, do CPC — Possibilidade, independentemente de outros pressupostos — Cabível ao relator negar provimento, de forma monocrática, a recurso que se apresentar em confronto com jurisprudência dominante do mesmo Tribunal ou de Tribunal Superior, ante o disposto no art. 557, caput, segunda parte do Cód. Proc. Civil, independentemente de ser manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado, pressupostos distintos, contidos na primeira parte do artigo de lei (art. 557, caput, segunda parte, do CPC). Possível

dar-se provimento a recurso, se a decisão recorrida estiver em confronto com jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores (art. 557, § 1º - A, do CPC).

Nas razões do recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação ao artigo 206, § 3º, V, do Código Civil e Súmula 39 do STJ.

Em síntese, aduz que a demanda tem natureza indenizatória, de modo que a prescrição dos pleitos das recorridas deve ser balizada nos exatos termos do quanto previsto no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil, e não como constou no r. acórdão recorrido.

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que quanto ao prazo prescricional o acórdão recorrido está em consonância com julgamento do STJ em sede de repetitivo, bem como a recorrente não demonstrou o dissídio através do necessário cotejo analítico entre os julgados confrontados.

Nas razões de agravo postula o processamento do recurso especial haja vista ter cumprido todos os requisitos necessários à sua admissão.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do especial.

A pretensão não merece acolhida.

Isso porque o Tribunal de origem, para afastar a prescrição trienal e aplicar a regra do Decreto 20.910/32, consignou que, apesar da recorrida ser integrante da Administração Pública Indireta como sociedade de economia mista prestadora de serviço público, a matéria discutida nos autos trata-se de contrato administrativo firmado após o regular procedimento licitatório, ou seja, afeta ao direito público, de modo que incabível a aplicação de regra de lei de caráter geral em detrimento de disposição prevista em lei especial.

Contudo, nas suas razões recursais, a recorrente limitou-se a alegar que a "a presente ação tem caráter tipicamente indenizatório, uma vez que visa à recomposição do equilíbrio financeiro de contrato administrativo celebrado entre as partes".

Nesses termos, em que as razões recursais deixam de atacar, específica e diretamente, fundamento suficiente para manter a decisão - a matéria discutida nos autos trata-se de contrato administrativo firmado após o regular procedimento licitatório, ou seja, afeta ao direito público -, o conhecimento do recurso especial esbarra no óbice da Súmula 283 do STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICOS. INDENIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE REBATIMENTO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER A DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA NS. 283/STF E 284/STF. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

I - O reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, confirma o entendimento exarado na decisão agravada, segundo o

qual, o fundamento acerca da responsabilidade da recorrente, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal a quo, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai o óbice das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF.

II - Alterar o entendimento do Tribunal de origem ensejaria, inevitavelmente, o reexame fático-probatório dos autos, procedimento vedado, pelo enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 710.057/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS NS. 283 E 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO.

[...]

III - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem. Incidência, por analogia, das Súmulas n. 283 e 284/STF.

IV - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Honorários recursais. Não cabimento.

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no AREsp 489.063/ES, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017)

Ademais, quanto ao ponto da violação à Súmula 39/STJ, cumpre asseverar que a interposição de recurso especial não é cabível por violação de súmula ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

Por fim, o entendimento desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada por óbice sumular no exame do recurso especial pela alínea 'a' do permissivo constitucional.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. APONTADA OFENSA AOS ARTS. 4º E 5º DA LINDB, 126 E 127 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. NORMA LOCAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. O STJ entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por contrariados não foram apreciados pelo Tribunal a quo,

a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

2. O exame da controvérsia acerca do pagamento do adicional de insalubridade foi realizado com amparo na legislação local (Lei Municipal 1.863/2009 e Decreto Municipal 44/2009), sendo sua análise vedada na via Especial, consoante Súmula 280/STF, aplicável por analogia.

3. Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular por ocasião do exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

4. Agravo Interno não provido. (AgInt no AREsp 932.880/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 17/11/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator